A CLÍNICA PSICOLÓGICA INFANTIL EM UMA PERSPECTIVA EXISTENCIAL[1]

The children's psychological clinic in an existential perspective

La clínica psicológica de niños en una perspectiva existencial

Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo

Resumo: Neste artigo, tentaremos responder aos questionamentos acerca da viabilidade de uma clínica psicológica com base na filosofia da existência. Iniciamos assinalando aspectos que apontam para a possibilidade de uma clínica psicológica infantil em uma perspectiva existencial. Para tanto, consideraremos que o que está em questão na criança, ou seja, seu caráter de indeterminação, de liberdade e de cuidado, em nada difere do adulto. E que os aspectos essenciais na postura do clínico são a atitude fenomenológica e a preocupação libertadora. Desta forma, o psicólogo clínico, prescindindo de qualquer posicionamento teórico e da respectiva categorização acerca do comportamento infantil, pode acercar-se do fenômeno tal como esse se apresenta.
Palavras-chave: Clínica infantil; Fenomenologia; Filosofia da existência; Heidegger.

Abstract: In this article we will try to show a child psychological clinic is possible under the existential perspective. So, for this we will start by considering that what is at issue in the child, i.e. their character of indetermination, freedom and care differs nothing from adult. And that the essential aspects of posture are clinical phenomenological attitude and liberating concern. Thus, the clinical psychologist - besides any theoretical position and categorization about child's behavior - can get closer to the phenomenon as it presents itself.
Keywords: Child clinics; Phenomenology; Philosophies of existence; Heidegger.

Resumen: En este artículo intentaremos mostrar elementos que hacen viable la clínica psicológica en una perspectiva existencial. Por lo tanto, vamos a empezar por considerar lo que está presente en el niño, es decir, su carácter de indeterminación y libertad que en nada difiere del adulto. Y que los aspectos esenciales de la postura clínica son la actitud fenomenológica y la preocupación libertadora. Así, el psicólogo clínico, sin cualquier posicionamiento teórico y sin la categorización del comportamiento infantil, se acerca del fenómeno tan como éste se presenta a él.
Palabras clave: Clínica com niños; Fenomenología; Filosofías de la existencia; Heidegger.

Introdução

Apresentar a clínica psicológica em uma perspectiva existencial consiste em uma tarefa desafiadora na medida em que muitos estudiosos da psicologia consideram a relação da Filosofia com a Psicologia algo improvável. Por esse motivo, consideramos que, muito mais do que convencer os nossos leitores da viabilidade desta relação, devemos problematizá-la. Porém, como não só estabeleceremos um diálogo entre a filosofia da existência e a Psicologia, mas também traremos à discussão a clínica psicológica e a infância, consideramos que primeiramente, teremos muito mais elementos a serem clarificados, para depois pensarmos na viabilidade da clínica psicológica existencial na primeira etapa da vida. A tarefa então, para ser executada, dependerá de seguir um percurso até podermos dispor dos elementos necessários à problematização da proposta e a consequente discussão de sua viabilidade. Importante aqui é trazer como esses filósofos – mais especificamente Heidegger –, interpretam temas tais como *ser-aí*, *indeterminação*, *liberdade* e *responsabilidade*. E, ainda, de que modo eles dialogam polemicamente com as classificações diagnósticas muito próprias da modernidade.

Para a realização de nossa tarefa, primeiramente, teremos que nos deslocar das teorias psicológicas tradicionais acerca do desenvolvimento da personalidade e da aprendizagem da criança, e nos reconduzirmos ao fenômeno da experiência infantil tal como ela se mostra. Esse modo de reconduzir-se ao fenômeno denomina-se Fenomenologia.

Para exercitarmos uma outra visada sobre a experiência em questão, traremos alguns esclarecimentos sobre o modo como os filósofos da existência, por meio de um posicionamento fenomenológico, discutem e posicionam o ser da criança. Os três filósofos da existência mais discutidos – Kierkegaard, Heidegger e Sartre – partem da noção de que a existência acontece desde o início pelo seu caráter de indeterminação e negatividade, daí o fato

[1] Trabalho apresentado ao *II Congresso Sul Brasileiro de Fenomenologia* & *II Congresso de Estudos Fenomenológicos do Paraná* (2-4 de junho de 2011), Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Artigo

da liberdade, da angústia e do desespero serem constitutivos do existir. E, já ao nascer, a indeterminação traz em si essas outras condições. Logo, a criança – desde seu nascimento – constitui-se, respectivamente como *espírito* (Kierkegaard), como *ser-aí* (Heidegger) ou como *para-si* (Sartre). Ou ainda, em uma *abertura*, *indeterminação* e *negatividade* que estarão presentes em toda a sua existência. É no decorrer de sua vida que a criança tomará para si o seu modo de ser, em sua incompletude e sempre em jogo com as determinações do mundo.

A partir da filosofia da existência, buscamos o que acontece frente à indeterminação e negatividade da existência. Já que nada a princípio determina o homem, como ele se constitui? Como ele se determina? Trata-se então de uma *tabula rasa*? Para desenvolver essas questões, teremos que trazer à baila a discussão acerca do caráter de imanência da existência, da co-originalidade homem/mundo, de ter de ser em abertura, em que o existente torna-se responsável por constituir-se no mundo, desse ser que é responsável pela sua existência. Iniciaremos, para isto, com esclarecimentos sobre a noção de intencionalidade tal como introduzida e amplamente estudada por Husserl e de seus desdobramentos em Heidegger com a noção de ser-aí. Por fim, trataremos de que modo acontecem na facticidade, os processos de atribuição de identidade, e de como tal procedimento acaba por resultar, em primeiro lugar, em escapar do caráter de negatividade e indeterminação.

Embora o homem tenda a escapar a sua negatividade e indeterminação, buscando uma identidade, ao mesmo tempo tenta escapulir da identidade que o outro lhe atribui – por um clamor de sua liberdade. Esses processos identificatórios acabam por alicerçar as categorizações e os diagnósticos tão frequentes na atualidade. Diagnósticos que muitas vezes aliviam a angústia frente à indeterminação, mas retira do homem a responsabilidade pelos seus atos e escolhas. Por fim, além do mundo passar a justificá-los, também os tutela. Essa discussão em Heidegger (1927/1989) vai dirigir-se ao modo que ele interpreta a lida com os utensílios. Dado como esta se dá por meio das determinações dos objetos, tendemos a nos compreender do mesmo modo que compreendemos aquilo que manuseamos, logo também como se nos constituíssemos por meio de determinações e sentidos previamente dados.

Após esclarecermos as questões acerca da constituição da existência, discutiremos a viabilidade de uma clínica psicológica existencial com crianças. Sabemos que Heidegger (1987/2001) apenas refere-se à clínica psicológica nos *Seminários de Zollikon*. Mas, por outro lado, sabemos também que a tentativa de articular a Fenomenologia hermenêutica com a clínica psicológica data dos meados do século XX, com dois proeminentes psiquiatras: Ludwig Binswanger e Medard Boss, que mesmo pouco estudados (principalmente, aqui no Brasil), jamais foram esquecidos. A questão que se impõe consiste em perguntar sobre o risco iminente de traduzir o pensamento filosófico em termos de mais uma disciplina. E como tal, acabar por reduzir as reflexões filosóficas em um produto palpável, intercambiável e técnico. Mas, se não é isso, o que queremos? Como fazer para que não aconteçam essas reduções? Devemos manter-nos, com muito esforço, no campo de questionamentos da clínica psicológica e não no das certezas. Assim, mantemo-nos em um espaço em que não importa o numérico, os resultados, as informações e as teorias. Importa o deixar-se corresponder ao essencial em uma clínica infantil.

Por fim, despenderemos de todo esforço para apresentar os fundamentos da filosofia da existência, com um maior detalhamento das considerações heideggerianas, tentando não recair em uma disciplina ou em uma nova técnica que nos diga como devemos proceder para obtermos resultados efetivos e eficazes. Para tanto, iniciaremos apresentando aquilo o que caracteriza uma filosofia da existência.

A filosofia da existência consiste em não partir de pressupostos de que a constituição do homem já está *apriori* dada, seja pela constituição biológica, psíquica ou pelos condicionamentos ambientais. Nesses três pressupostos, o homem, já ao nascer, apresenta-se passivo frente a estas determinações. A filosofia existencial defende o caráter de indeterminação da existência, a partir do que esta se constitui. Logo, é no existir, em sua articulação homem/mundo que a existência acontece. Este modo de articular à existência humana é expressa na máxima de Sartre (1943/1997) de que "a existência precede a essência"; afirmativa esta que, mesmo criticada por Heidegger (1947/1987), não deixa de tornar clara a situação de indeterminação da existência.

O Método Fenomenológico e a Investigação do Ser da Criança

Heidegger (1947/1987), ao tecer considerações acerca do sentido da existência nos primeiros anos de vida, assume uma atitude fenomenológica para discorrer sobre o ser-aí da criança. Para tanto, vai suspender toda e qualquer pressuposição teórica - seja da Psicologia ou da Biologia - acerca do comportamento infantil. E assim poder deixar que o sentido do fenômeno se dê no próprio campo de mostração deste fenômeno. Husserl (1952/ 2007) vai denominar este posicionamento referente àquilo que se mostra de *atitude antinatural*. Esta consiste em *reduções fenomenológicas*, exercício que requer um esforço incessante para alcançar o fenômeno, deixando para trás todas as pressuposições sobre o mesmo. Ainda de Husserl, Heidegger manteve a tese de que a consciência não pode ser tomada a partir de uma concepção de que esta se constitui como substância e de que se encontra espacial e temporalmente determinada. Husserl confere à consciência uma imanência, logo por seu caráter de inten-

cionalidade, encontra-se sempre 'dirigida a'...Heidegger denomina então de *Dasein* (ser-aí) a este campo de imanência onde a existência se dá.

A Psicologia dispõe de diferentes teorias do desenvolvimento infantil que muitas vezes servem de base para a compreensão do modo de ser da criança por meio dos critérios de normalidade e ajustamento, podendo-se assim prescrever os comportamentos inadequados, desajustados, enfim fora dos padrões estabelecidos pelo numérico ou qualitativo. Assumir uma postura fenomenológica frente ao fenômeno consiste em suspender qualquer posicionamento ontológico, seja da ciência ou do senso comum sobre as coisas, fenômenos. Sem qualquer posicionamento ontológico prévio acerca do comportamento das crianças, é possível assim se aproximar daquele modo que se mostra em sua expressão singular.

O Caráter de Indeterminação da Existência: Cuidado e Liberdade

Cabe esclarecer que liberdade, na perspectiva existencial, diz respeito ao fato da indeterminação da existência, o que torna o homem responsável por aquilo que fizer de si. A indeterminação, a liberdade e a angústia são temas presentes nos três grandes representantes da filosofia, que se voltam para a existência, anteriormente mencionados. Kierkegaard (1842/2010) refere-se à posição psicológica de liberdade como sendo a posição que o homem se apresenta frente a sua indeterminação e respectiva angústia. À tentativa de escapar da mobilização da angústia, Kierkegaard denomina de posição psicológica de *não-liberdade*, na qual o homem tenta a qualquer preço posicionar-se como se ele fosse determinado por algo que transcende seu existir. Heidegger (1927/1989) denomina essa situação de cuidado, que consiste em tomar o *ser-aí* como aquele que sempre tem de ser, e assim ele tem de assumir a tutela por sua existência. Sartre (1943/1997) diz que estamos fadados à liberdade. Logo, a criança, ser-aí, para-si que desde sempre é um existente, não prescinde de seu caráter de indeterminação, liberdade e responsabilidade por sua existência e a tentativa de fugir dessa condição é o que muitas vezes mobiliza a criança e seus pais a buscarem psicoterapia.

A liberdade e a responsabilidade na perspectiva existencial dizem respeito ao caráter de indeterminação da existência e ao fato de que qualquer que seja a etapa da vida, cada um tem de cuidar de sua existência. Os filósofos da existência apontam para a indeterminação como o caráter mais próprio do existir. Kierkegaard, em *O conceito de angústia,* esclarece a situação de indeterminação do homem como marca da existência humana. A este respeito, diz:

> O surgimento da angústia condensa o fulcro de toda a questão. O ser humano é uma síntese de corpo e alma; esta apenas se torna inimaginável se ambos os elementos não se reunirem em um terceiro. O terceiro é o espírito. No estado de inocência, o homem não é apenas um animal e, finalmente, e se alguma vez o fosse, em qualquer instante de sua existência, nunca se tornaria homem. Assim o espírito já está presente, ainda que em um estado de imediatidade, de sonho. (Kierkegaard, 1842/2010, p. 47)

O pensador dinamarquês responde prontamente a pergunta que ele mesmo colocou: "Qual é, portanto, a relação do homem com a potência ambígua? Qual é a relação do espírito com ele mesmo e com sua condição? A relação é a angústia." (*ibid*, p. 47) Para este filósofo, aquilo que confere humanidade ao homem é a presença do espírito, síntese do eterno e do temporal, do finito e infinito, dos possíveis e do necessário, mesmo que de início esse se encontre adormecido.

Heidegger – na mesma linha de pensamento de Kierkegaard – em *Ser y tiempo* (1927/1989) já afirma que as estruturas existenciais não são estruturas ônticas, e nesse sentido elas podem ser encontradas em qualquer experiência de mundo do ser-aí. Isto não diz respeito apenas à caracterização do ser-aí europeu desenvolvido, mas tanto ao que se refere ao ser-aí infantil, como ao ser-aí dos povos primitivos; o que estará em questão é o ser-aí humano. E a base do ser-aí humano é seu caráter essencialmente histórico. E, por mais que Heidegger (1929/2008) afirme que as estruturas existenciais se mostram mais claramente no homem primitivo ou no aborígine, por conta da simplicidade da vida desses homens, as estruturas históricas existenciais estão presentes em seu caráter de aí em todos os homens, em todas as épocas, lugares ou fases de desenvolvimento de suas vidas. E é a partir deste caráter que o ser-aí conquista o poder-ser que ele é.

Sartre (2005/1939), em seu conto *"A infância de um chefe"*, deixa clara a sua defesa ao caráter de indeterminação e liberdade presentes no percurso de vida do protagonista do conto, Lucien Fleurier. O filósofo traz o modo como Lucien vai traçando a sua existência, do princípio ao fim. O marcante nesse trajeto é que sempre ele tem de escolher frente àquilo que o mundo lhe apresentava, mostrando que a determinação está ausente. A tarefa de Lucien consiste em determinar-se por si mesmo por meio das referências da sua situação.

Agora vale ressaltar como acontece esse constituir-se, já que a criança ao nascer já se constitui na relação com o mundo. Cabe perguntar como isto é possível, se a criança nada sabe, nada conhece. Não haveria uma determinação biológica, que a levaria a sobreviver, conduzindo-a a alimentar-se? Ou ela não sobreviria caso não tivesse a presença de outros homens? Estas questões foram amplamente debatidas na década de 50 e 60, quando o menino Victor, abandonado em uma selva, nos primeiros anos de vida, foi encontrado em Eveyron, na França. A partir de

 Revista da Abordagem Gestáltica – XVII(2): 185-192, jul-dez, 2011

então, todos os posicionamentos teóricos - sejam inatistas ou empiristas - tentaram comprovar suas teses, por meio daquilo que no comportamento de Victor evidenciaria e comprovaria as premissas das teorias racionalista e empirista. A primeira que os fundamentos do humano são inatos e a segunda que são aprendidos.

As filosofias da existência surgem em uma tentativa de se deslocar das discussões epistemológicas, que se interessam pela origem, pelas determinações iniciais. Kierkegaard em *La enfermidad mortal* (1849/2008, p. 33), ao tratar da constituição do eu, refere-se ao desespero:

O homem é espírito, mas o que é o espírito? O espírito é o eu. Mas o que é o eu? O eu é uma relação que se relaciona consigo mesmo. Dito de outra maneira: é o que na relação faz com que a relação se relacione consigo mesma. O eu não é a relação, mas o fato de que a relação se relaciona consigo mesma. O homem é uma síntese de infinitude e finitude, de temporal e de eterno, de liberdade e necessidade, em uma palavra, é uma síntese.[2]

Kierkegaard nesse trecho deixa claro que é na relação que a existência se constitui, daí o fato da liberdade e da responsabilidade que cada um carrega com relação a sua existência. A relevância e importância dada ao existir em detrimento a qualquer posicionamento apriorístico sobre a constituição do homem são, marcadamente, explicitadas por Kierkegaard, a quem devemos a retomada do aspecto sensível da existência humana, a que denominou com *estádio estético,* também marcante da experiência infantil.; tanto que no seu texto *A rotação dos cultivos, que conta da obra O lo uno o lo otro* (1842/2006), referindo-se a tal experiência, recomenda – do lugar do conselheiro esteta – que quem procura uma babá nunca deve contratá-la pelas suas características éticas. Explica-se: a moça vai ser muito fiel aos horários e ao cumprimento do estabelecido, porém vai entediar a criança. A boa babá, diz através do pseudônimo esteta, é aquela que, entregue ao caráter sensível da brincadeira, sabe distrair a criança, de modo que, quando esta se encontrar tomada pelo tédio na intranquilidade que lhe é própria, possa distrair-se com as brincadeiras da babá e, assim, rapidamente possa se afastar do entediar-se próprio à repetição do existir. Essa situação de fuga do tédio e da repetição vai estar presente, segundo o filósofo dinamarquês durante todas as etapas da existência humana.

As considerações de Kierkegaard sobre a existência, embora pautadas em observações atentas e ricas em detalhes, davam-se por meio de um gesto fenomenológico, ou seja, não considerando as teorias e os sistemas que tentavam, já em sua época, elaborar sistematicamente o acontecimento da vida. Kierkegaard tentava acompanhar as experiências e descrevê-las a partir do modo como ele as apreendia. Dizia que o caráter universal das experiências humanas poderia ser encontrado em suas expressões singulares (1959/1966).

Porém foi Husserl que trouxe o como poderíamos utilizar um modo de alcançar o fenômeno em sua mobilidade estrutural, na existência mesma. Dois aspectos desenvolvidos por Husserl em sua Fenomenologia foram fundamentais para o desenrolar das filosofias da existência – assim denominadas por retomarem o aspecto fáctico da existência humana. São eles: a noção de intencionalidade e a atitude antinatural. E é a partir dessas duas concepções que tanto Heidegger quanto Sartre vão proceder as suas ontologias.

Para Heidegger, pensar no ser-aí das crianças requer, primeiramente, esclarecer de que modo se dá este ente em seu primeiro momento de vida. Em uma interpretação existencial, partimos da noção de que, desde o início, a criança, *ser-aí*, é um ente que tem o caráter de indeterminado, exposto, jogado, lançado para fora dele. Ao tomar a existência como se constituindo pela indeterminação, deslocamo-nos de qualquer tentativa de posicionar o homem a partir de determinações biológicas ou sociais para aproximarmo-nos assim da existência mesma. Com isto, a ênfase acontece na intencionalidade, espaço onde a existência acontece. Logo, já que a existência se constitui nesse espaço, a que Husserl denominou intencionalidade, nada aprioristicamente pode ser considerado como constituindo o homem que não seja ele mesmo na esfera do existir.

A Desconstrução das Teorias Identificatórias

Para referir-se ao modo identificatório em que o homem moderno tenta se posicionar, Kierkegaard utiliza-se da denominação de *estádio,* estádio em que a existência é tomada de acordo com um processo normativo. Heidegger, em *Ser y tiempo*, diz que, no início e na maioria das vezes, o *ser-aí* se toma como coisa e assim se compreende. Isso acontece porque se considera do mesmo modo em que se dá a sua lida com os objetos a sua volta, na ocupação. Ao tomar-se com um ente presente à vista, logo com determinações e identificações dadas em si mesmo, acaba por esquecer seu caráter de poder-ser e acredita que, do mesmo modo que os objetos, ele possui características e funções previamente determinadas. No entanto, o ser-aí não se deixa aprisionar, apresentando sempre duas possibilidades – a de clarificação e a de obscurecimento de seu ser. E Sartre (1943/1997) refere-se ao modo como o homem busca uma identidade e ao mesmo tempo a considera o seu inferno, já que é o fato do olhar do outro que o torna um em-si. Esse filósofo relata com riqueza de detalhes o percurso de Lucien Fleurier em sua existência, no conto *A infância de um chefe* (1939/2005). Lucien, logo de início, ao confundirem-no com uma menina, questiona-se: "Serei uma menina ou um menino?". Este, entre outros trechos, deixa claro como a criança se define a partir do mundo. No final, já homem, Lucien diz precisar de um bigode para parecer um chefe. E pelo caráter do indeter-

2 Tradução livre da autora.

minado da existência e a tentativa de sair da situação da indeterminação é que as categorizações se enraizam em todas as especialidades, sejam médicas ou psicológicas. É preciso cuidado para não nos deixarmos conduzir por tais rótulos, que obscurecem a visada daquilo que se mostra. Aliás, a clínica existencial vai logo de início retirar de seu campo de visão todos os rótulos, diagnósticos e categorizações que provêm tanto das disciplinas científicas como do senso comum, numa postura frente ao fenômeno que Husserl denominou de atitude antinatural.

Em síntese, a clínica psicológica infantil com fundamentos existenciais requer primeiramente uma postura fenomenológica, suspendendo todos os posicionamentos teóricos – seja da psicologia do desenvolvimento, da personalidade, da aprendizagem ou qualquer outro. Em segundo lugar, cabe dizer que liberdade e responsabilidade na perspectiva existencial dizem respeito ao caráter de indeterminação da existência e ao fato de que, qualquer que seja a etapa da vida, cada um tem de cuidar de sua existência. Tomar a existência como se constituindo pela indeterminação, consiste em deslocar-se de qualquer tentativa de posicionar o homem, no caso, a criança, a partir de determinações biológicas ou sociais. E, por fim, para pensar em uma clínica fenomenológico-existencial infantil, é preciso partir da ideia de que desde o início a criança é este ente que, por se constituir pela indeterminação, exposto, jogado, lançado para fora dele, livre de determinações, é marcada pelo caráter de poder ser e ter de ser.

A Clínica Psicológica com Crianças

Como anteriormente explicado, a atitude fenomenológica consiste em abandonar todas as teorias e técnicas em Psicologia, que determinam caminhos e procedimentos. Duas situações deixam evidente a importância de assumirmos tal postura. A primeira situação consiste em ver a criança a partir dos diagnósticos previamente dados. Aproximar-se fenomenologicamente da situação consiste em reconduzir aquilo que é apresentado, de forma a não se deixar conduzir pelo que previamente já foi posicionado. A segunda seria partir do princípio de que a criança não pode jamais assumir a responsabilidade pelas suas ações e situações. Já a postura antinatural, na clínica, consistiria em acompanhar a criança, porém, deixando que ela mesma tutele as suas decisões e escolhas.

Assim, a primeira situação consiste quando a criança chega ao consultório, portando todos os rótulos e determinações de seus problemas que, normalmente, a escola e os pais, dentre outros, já atribuíram, como diagnóstico e as interpretações do que vem acontecendo. Com esta configuração previamente determinada, o fenômeno propriamente dito desaparece, dando lugar a uma configuração do real previamente dada, com determinações também já dadas. Uma atitude fenomenológica na clínica consistirá em suspender qualquer interpretação acerca do que está acontecendo com a criança trazida ao consultório. Assim, poder-se-á acompanhar o fenômeno no seu modo de revelar-se, ou seja, na sua própria mobilidade estrutural.

Em uma atitude natural, acredita-se que a criança deva ficar sempre na tutela do adulto, e que a este compete toda a responsabilidade pelas escolhas da criança. Desta forma, nós estamos correspondendo ao horizonte histórico em que nos encontramos, o qual interpreta o primeiro momento de vida como uma situação naturalmente frágil, não cabendo à criança nenhum compromisso com sua existência, desonerando-a de sua responsabilidade, transferida aos pais ou aos adultos próximos a ela. Os adultos, de um modo geral, também neste mesmo horizonte, tendem a assumir a tutela, sem nem mesmo refletirem acerca do modo como se relacionam com a criança. E ainda, temendo que a criança fique sozinha, tentam, a qualquer preço, distraí-la, por variados e diferentes modos. E por não conseguirem sustentar a criança no seu silêncio, acabam assumindo para si mesmos todo o cuidado e tutela, deixando assim que a criança acabe por acreditar que não cabe a ela mesma a responsabilidade por sua existência. E o medo da solidão e a não responsabilidade por sua existência acaba acompanhando-a não só na primeira etapa da vida, mas em todas as suas etapas. É isso que Kierkegaard vai considerar as sequelas da existência e Sartre vai denominar de má-fé.

Adotar uma atitude fenomenológica na clínica psicológica implica em não fazer ou pensar o que naturalmente se faz ou se pensa. Junto à criança, o profissional não assumirá no lugar dela o seu cuidado, ou seja, a responsabilidade pelo seu existir. E assim, desprovido de um modo de pensar como naturalmente se pensa, o psicólogo pode questionar o que naturalmente se toma como verdade pronta e acabada. Nisso consiste o seu ofício. E, ao assumir um posicionamento fenomenológico, o clínico estará sempre presente e, ao mesmo tempo, deixando parecer à criança que ele está ausente. Desta forma, permite que a criança, entregue a si mesma, o mais demoradamente possível, possa ter uma experiência de permanecer consigo mesma e, assim, desvele-se no seu caráter de ter de cuidar de si e poder-ser. A postura antinatural consiste em poder dar um passo atrás, deixando a criança, no momento clínico, na tutela por si mesma. Ao recuar, pode-se acompanhar as determinações oriundas do seu comportamento, a partir da sua própria tutela. Heidegger (1927/1989) denomina esse modo de acompanhar o outro de *preocupação por anteposição* ou *libertadora*.

Para esclarecer o que foi dito até aqui e exemplificar a postura fenomenológica em uma situação de atendimento clínico infantil, apresentaremos fragmentos de um caso clínico. Neste caso, a atenção volta-se para a criança em seu modo próprio de comportar-se, deixando-a que ela se mostre por si mesma. E, ao mesmo tempo, confiar no caráter de indeterminação do seu ser que lhe confere a

libertação de todos os diagnósticos estabelecidos, seja pela Psiquiatria, pela Psicologia ou pelo senso comum. E nisso consistem a liberdade e responsabilidade desta criança. Mantê-la em liberdade, entregando-a a sua própria tutela, ou seja, à sua responsabilidade, é a própria relação psicoterápica. Deixá-la caminhar por si mesma, sem tentar desonerá-la desta tarefa de diferentes modos, é o caminho no qual a criança perde a tutela do adulto, mas pode ganhar a si mesma, ao assumir o seu cuidado por si próprio, a sua tutela. O adulto, ao mesmo tempo, sem preocupar-se ao modo substitutivo, tem sob os olhos o que está acontecendo.

No caso apresentado a seguir, os dados foram trocados a fim de garantir o sigilo da criança atendida. Antônio tinha sete anos quando sua mãe procurou acompanhamento psicológico para ele. A primeira entrevista foi com ambos os pais por ser importante que os dois trouxessem a questão de Antônio e o modo como vinham lidando com aquilo que se apresentava. Além disto, os dois deveriam estar de acordo com o acompanhamento psicológico, comprometendo-se a comparecer quando solicitados.

Os pais de Antonio procuram psicoterapia, por indicação de um psiquiatra, preocupados com o fato de a criança estar "pegando coisas dos outros". O médico dissera que se tratava de uma cleptomania. A mãe colocara em dúvida o diagnóstico médico, acrescentando que Antônio só queria chamar a atenção dos pais. Tenta, assim, justificar o comportamento do filho usando uma determinação psíquica. Ela mostra-se bastante aflita com a situação e inicia: *"Antônio vem pegando coisas dos outros. (chora). Isto me preocupa muito, porém acho que ele está querendo chamar a atenção, estamos precisando ficar mais próximos dele, sempre muito preocupados com o trabalho e outras coisas e acho que Antônio vai ficando meio esquecido. Por isso, vim aqui te pedir ajuda, todos nós precisamos ser ajudados, as coisas andam meio confusas."* Ao dizer que o menino só queria chamar a atenção dos pais, retira-lhe a responsabilidade de seu ato e coloca-o na tutela do psíquico. O pai também dá uma interpretação a partir de sua experiência e em uma atmosfera afetiva de irritabilidade com a situação: *"Eu só quero saber porque Antônio está me agredindo. João* (o irmão) *é totalmente diferente, um garoto exemplar, faz tudo como deve ser feito (...) Eu digo sempre para Antônio: 'João, o irmão, é um exemplo a ser seguido'. Agora, se ele insistir em me provocar, se não mudar, se continuar a ter atos ilícitos, eu não vou mais querer saber dele. Se continuar me agredindo, eu vou esquecer que ele existe."* O pai deixa claro que, caso o menino não modifique a situação, ele suspenderá a sua tutela, pois não aceita um ato ilícito.

Apenas com esse breve trecho, podemos refletir sobre como se dá uma atitude fenomenológica frente à questão apresentada pelo médico e pelos pais. O médico, em uma "atitude natural", tende a classificar o comportamento da criança pelas características que constam nos manuais de Psicopatologia e conclui, a partir dos sintomas, que se trata de uma cleptomania. Assim os comportamentos do menino se transformam em sintomas. E o conjunto desses sintomas são o suficiente para deduzir que se trata de uma compulsão. A criança e seus comportamentos desaparecem, dando lugar a uma categoria de diagnóstico, que fala por si mesmo.

Outra atitude natural foi assumida pela mãe, ao interpretar a ação da criança como uma tentativa de chamar a atenção. Aqui não é mais a voz da ciência que dá o veredicto, mas a do senso comum. Deste modo, o furto teria sido motivado por algo que se encontrava por trás do ato, no caso, "chamar a atenção". Segundo esta visão, não caberia mais a Antônio o compromisso com sua ação, estava totalmente justificado. Já o pai caracteriza a situação como ilícita. Assim, uma vez identificado por uma classificação psiquiátrica, pelo senso comum ou pela contravenção, não era mais Antônio que pegava as coisas dos outros e sim aquilo com que o passaram a identificar.

A postura fenomenológica implica em deslocar-se das interpretações comumente atribuídas, assumindo uma atitude antinatural com relação à questão que se apresenta, ou seja, tomando o modo de ser da criança em sua expressão singular. Na postura antinatural, o psicólogo clínico suspende o "diagnóstico" dado pela mãe e pelo médico. Ao voltar-se para o fenômeno em sua mobilidade estrutural, importa o sentido que Antônio dá a sua experiência. A visada sobre o fenômeno que se apresenta não se dá a partir de nenhum pressuposto em tese acerca do que possa ser uma "compulsão a furtar coisas" e a atenção clínica volta-se para a criança em seu modo próprio de comportar-se. Permite-se que a criança se mostre por si mesma, deixando–a livre para si mesma, para assim poder assumir a sua liberdade e responsabilidade.

Em uma clínica fenomenológica, a criança será recebida a partir daquilo que vai acontecer na relação, neste momento estabelecida. Para tanto, vai-se suspender todo e qualquer pressuposto que anteriormente se fez presente, inclusive no relato dos pais. Para exemplificar este modo de proceder clinicamente, apresentaremos um trecho desse atendimento:

Antônio: *Eu queria contar um problema. Pedro vai ter a festa de aniversário dele, só que vai ser na casa dele. Eu não tenho vontade de ir, sabe? Eu não quero ir à festa, tem muita gente que rouba e também tem um pequeno probleminha: acusam a pessoa de uma coisa que ela não fez. Alex rouba as coisas dos outros. Eu desconfio também da Flávia, ela também pega as coisas dos outros. Mas não é só isso não, tem outro problema: meu pai vai sair com João, e eu também quero ficar com meu pai, sair com os dois.* Psicóloga: *Então você tem dois motivos para não querer ir à festa.*

Antônio: *Tem outro, tenho medo de não controlar.*

Psicóloga: *Tem medo de não controlar o quê?*

Antônio: *A vontade.* (silêncio)

Psicóloga: *Vontade de que, Antônio?*

Antônio: *De pegar as coisas dos outros. Eu não quero*

pegar, mas eu olho a coisa e me dá muita vontade, vontade mesmo. Também tenho medo que Flávia coloque coisas na minha bolsa e depois me culpe. Ela já fez isso, guardou no meu estojo o lápis de Bruna. Bruna sentiu a falta do lápis, aí eu coloquei o lápis na mesa de Bruna, só que ela me viu colocando o lápis e eu me defendi, disse que tinha sido a Flávia que tinha colocado no meu estojo, só que ninguém acreditou, ficou todo mundo olhando para mim.

Antônio fica calado, parecendo triste, abaixa a cabeça, põe a mão no rosto, parecia estar chorando. Repentinamente, levantou a cabeça e fitou-me por um longo tempo). Na tentativa de mobilizá-lo e tentar compreender o que estava acontecendo, falei:

Psicóloga: *Parece que essa situação te deixa muito triste.*

Antônio: *E vou ficar muito sozinho.*

Psicóloga: *E como é ficar sozinho para você?*

Antonio: (permanece em silêncio) *Não ter ninguém por perto, nunca vivi isto, tenho medo, ficar sozinho no recreio.*

Assumindo uma atitude fenomenológica, a psicóloga não interveio, nem se colocou como alguém que, desde o início, já sabia qual era o problema. Caso partisse de diagnósticos ou de teorias acerca do "problema", criaria obstáculos à apresentação do fenômeno. Na situação de Antônio seria, por exemplo, destinar-lhe uma identidade de cleptomaníaco e insistir para que ele falasse no tema, buscando rapidamente o que determinava esse comportamento. Assim, entregue a si mesmo, pode ver as consequências do modo como vinha se comportando, só a ele cabendo a decisão do que iria ou não fazer.

Partir do diagnóstico que lhe havia sido previamente conferido, seria dar-lhe uma identidade que, além de retirar-lhe o seu caráter de poder ser, também o desoneraria de sua escolha. Assim, todo o seu modo de ser seria justificado por tal identidade, não cabendo a ele a sua tutela. Retirar o caráter de poder ser de sua existência, por um procedimento identitário, constitui-se em um caminho de acesso fácil, porém pode acabar por sedimentar um determinado modo de ser. Esse processo é discutido com muita pertinência em Sartre (2001) ao referir-se a todo percurso do personagem Lucien Fleurier até tornar-se um chefe, tal como já havia sido decidido pelos seus pais, muito antes dele nascer.

A atenção fenomenológica consiste em abandonar toda e qualquer identidade estabelecida para a criança, seja com relação a um diagnóstico, expectativa familiar ou social, entre outros modos. Em uma postura fenomenológica, cabe então ao psicólogo deixar a criança em liberdade e entregá-la a sua própria tutela, ou seja, à sua responsabilidade. Trata-se, sem dúvida, de uma tarefa delicada. No entanto, deixá-la caminhar por si mesma sem tentar desonerá-la desta tarefa, de diferentes modos, parece ser o caminho pelo qual a criança perde a tutela do adulto, mas ganha a si mesma. Deixá-la sozinha, consigo mesma, nesta abordagem, é uma arte que consiste em estar sempre presente, sem mostrar a criança que se está ali. E assim permitir que a criança por si própria possa aproximar-se, entregue a si mesma o mais demoradamente possível, de uma experiência de si mesma.

Considerações Finais

Com o desenvolvimento da temática acerca da clínica psicológica em uma perspectiva existencial, pudemos afiançar que a filosofia da existência traz aspectos formais que criam um espaço de articulação de uma *práxis* clínica por diferentes motivos. O primeiro deles é que as filosofias da existência retomam o que as filosofias modernas haviam abandonado, ou seja, a existência mesma tal como acontece em seu campo de imanência. Esse projeto de voltar-se à imanência foi ineditamente apresentado por Husserl. Esse filósofo deslocou-se da noção de consciência como algo encapsulado, que se encontra localizado em uma interioridade e com sentidos e determinações dados em si mesmo, tomando, então a consciência como algo que acontece em um espaço relacional, logo imanente. Ele refere-se então à intencionalidade, que passou a ser o elemento fundamental, mesmo que com diferentes acepções das filosofias da existência. Heidegger e Sartre deram continuidade ao projeto de retomada da existência, cada um a seu modo, mas preocupados com a facticidade onde o existir acontece. Esse mesmo movimento foi acompanhado pela Psicologia que, primeiramente, seguindo o projeto moderno, tomou o psíquico em todas as suas denominações como algo da ordem de uma interioridade que se relaciona com o exterior. Ao surgir uma Psicologia Fenomenológica, a pretensão também é de pensar o psíquico como algo imanente, co-originário ao mundo e, portanto, não passível de ser determinado, nem localizado em uma interioridade.

Pensar a Psicologia a partir das filosofias da existência consiste em assumir o caráter de indeterminação que não pressupõe mais uma essência, seja ela qual for, que precede a existência. Consiste, ainda, em aceitar a árdua tarefa de não ter como prever, nem garantir nenhum resultado, dado o caráter de abertura e consequente liberdade em que a existência sempre se encontra.

Articular uma proposta de clínica infantil com base na filosofia existencial torna-se possível ao tomar a criança na mesma perspectiva em que se toma o adulto. Trata-se de pensar a existência em sua imanência, qualquer que seja a etapa de vida em que nos encontramos. Logo, importa é que, aquele que tenta evitar a sua condição de liberdade, abertura e indeterminação, possa assumir-se como um *ser de possibilidades*, logo, em liberdade para dizer sim e não às determinações inseridas no horizonte histórico em que se encontra.

Referências

Heidegger. M. (1929/2008). *Introdução à filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

Heidegger. M. (1927/1989). *Ser y tiempo*. Madrid: Editorial Gredos.

Heidegger. M. (1987/2001). *Seminários de Zollikon*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Heidegger. M. (1947/1987). *Carta sobre o humanismo*. Lisboa: Guimarães editores.

Heidegger. M. (1929/2006). *Os conceitos fundamentais da metafísica: mundo, finitude e solidão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Husserl, E.(1952/ 2007). *La filosofia como ciencia restricta*. La Plata: Terramar.

Kierkegaard, S. (1842/2010). *O conceito de angústia*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco.

Kierkegaard, S. (1849/2008). *La enfermidad mortal*. Madri: Editorial Trotta.

Kierkegaard, S. (1959/1966). *Ponto de vista explicativo da minha obra como escritor*. Porto: Edições 70.

Kierkegaard, S. (1842/2006) *O lo uno o lo otro: un fragmento de vida*. Madri: Editorial Trotta, v. 1.

Sartre. J.P. (1939/2005). A infância de um chefe. In: *O muro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

Sartre. J.P. (1943/1997). *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes.

Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo - Doutora em Psicologia, Professor-Adjunto da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia. Rua São Francisco Xavier, 524 (Maracanã). CEP 20550.013. Rio de Janeiro/RJ. E-mail: *ana.maria.feijoo@gmail.com.br*

Recebido em 15.03.11
Aceito em 22.09.11